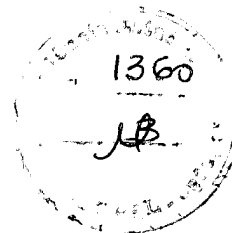




ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações



**PARECER DIVERSO. 95/2016/ASSESSORIA/SUPEL/RO.**

**PROCESSO: 01.1420.02847-00/2015**

**PROCEDÊNCIA: DER/RO**

**ASSUNTO: SENTENÇA DENEGATÓRIA DE MANDADO DE SEGURANÇA  
EMCONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 084/2015/CPLO/SUPEL/RO.**

**Indexação: Mandado de Segurança. Cumprimento de  
sentença. Reforma de Decisão Administrativa.  
Retorno a fase de classificação de Proposta. Exclusão  
do benefício de EPP.**

Aportaram os autos nessa assessoria para fins de conhecimento e manifestação sobre a revisão dos atos praticados no bojo da **Concorrência Pública nº 084/2015/CPLO/SUPEL/RO**, em virtude da decisão denegatória em Mandado de Segurança interposto pela empresa GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA contra decisão da Comissão Permanente de Licitação - CPLO.

A licitante GRUPOCAL, concomitantemente ao recurso administrativo de fls. 1276/1295, impetrou mandado de segurança para que fosse declarado seu enquadramento como empresa de Pequeno Porte e, por conseguinte, declarada vencedora da concorrência pública n. 84/2015/CPLO/SUPEL/RO.

Não obstante tenha obtido êxito na via administrativa, distribuído o *mandamus* sob o número 7021067-51.2016.8.22.0001, o eminente magistrado da 2ª Vara da Fazenda Pública de Porto Velho-RO proferiu decisão liminar indeferindo o pedido.

Após regular trâmite do mandado de segurança, sobreveio a sentença de mérito (fls. 1352/1359), rechaçando as argumentações do impetrante e denegando a segurança. Portanto, não reconhecendo a condição de EPP, pois no momento da entrega dos envelopes de habilitação o impetrante não a possuía.

É inconteste que as decisões judiciais transitadas em julgado - quando não há possibilidade de recurso -, prevalecem sobre a decisão administrativa, mesmo quando a decisão judicial tenha sido desfavorável ao impetrante



ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

---

Diante de tal situação, é imperioso o cumprimento imediato da decisão que não reconheceu o direito ao benefício reservado a EPP, conforme pugnado pelo impetrante GRUPOCAL, destarte, há necessidade do processo licitatório retornar a fase de classificação da proposta, a fim de afastar os benefícios conferidos ao impetrante em virtude do parecer de fls. 1320/1323.

Ante ao exposto, essa Assessoria Técnica orienta que seja reformada a decisão exara às fls. 1324, declarando a improcedência do recurso da impetrante interposto no âmbito administrativo para que se coadune com a decisão do *mandamus*.

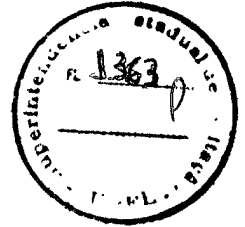
É o parecer salvo melhor juízo.

Porto Velho/RO, 20 de setembro de 2016.

**Cátia Marina B. de Brito**  
Chefe da Assessoria de Análise Técnica  
Tec. Lic.Reg. e Pesq. De Preço/Direito  
Mat. 300137922  
OAB/RO 4.333



ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações



À

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS - CPLO

PRESIDENTE NORMAN VIRISSIMO DA SILVA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 084/2015/CPLO/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.1420.02847-00/2015

OBJETO: Construção de unidade básica de saúde padrão 2 no bairro Alpha Parque, no(s) município(s) de Cacoal/RO, discriminada no presente Edital.

**DECISÃO**

Consubstanciado na decisão judicial denegatória em mandado de segurança nº 7021067-51.2016.8.22.0001, impetrado pela empresa GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA que não reconheceu sua condição de Empresa de Pequeno Porte, nos termos acostados aos autos às fls. 1352/1359 do processo administrativo retromencionado.

Consubstanciado nos motivos expostos no parecer técnico às fls. 1360, o qual orientou pelo cumprimento da decisão judicial.

Consubstanciado, ainda, subsidiariamente, no art. 64 da Lei do Processo Administrativo n. 9.784/99, **DECIDO:**

1. **MODIFICAR PARCIALMENTE** a Decisão exarada às fls. 1324 referente à procedência do recurso interposto pela empresa GRUPOCAL.

Onde se lê "conhecer e julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA".

LEIA-SE "conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante GRUPOCAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA".

2. Remeta os autos ao Presidente da CPLO para dar prosseguimento ao processo licitatório e outras providências aplicáveis à espécie.
3. Dê ciência aos interessados.

Porto Velho, 20 de setembro de 2016.

  
MARCIO ROGERIO GABRIEL  
Superintendente/SUPEL/RO

